

Langoni defende conversão mas alerta para problemas

por Mário Zamarian Filho
de São Paulo

A conversão da dívida externa brasileira em capital de risco é um mecanismo importante para reabilitar o investimento privado no País, mesmo em uma situação de incerteza econômica e política como a atual. Este foi o posicionamento defendido por Carlos Geraldo Langoni, ex-presidente do Banco Central (BC) e atual assessor econômico da presidência da Confederação Nacional do Comércio, no seminário promovido pela Câmara Britânica de Comércio no Brasil no hotel Brasilton, na última sexta-feira.

No seminário — que também contou com a participação do ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, e do ex-presidente do BC, Affonso Celso Pastore —, Langoni expôs suas preocupações e sugestões em relação ao processo de conversão da dívida. Ele afirma que existe, hoje, uma tendência no projeto do governo em estatizar a conversão. Ou seja, direcioná-la para a capitalização de estatais. “O mecanismo de conversão em estatais ineficientes seria um desastre total”, acredita Langoni.

Uma outra preocupação do ex-presidente do BC é a idéia de não se permitir que os créditos que foram emprestados para o setor público possam ser investidos no setor privado. “Nenhum banco ou instituição em sã consciência vai fazer um investimento sem perspectivas de lucros”, argumenta, lembrando ainda que isso só poderia ser feito de forma compulsória, o que eliminaria o mecanismo de conversão, “que é uma das poucas oportunidades que temos de recompor o mercado de investimento”.

Langoni alerta, ainda, para o risco de o governo querer usar a conversão da dívida como um instrumento de política industrial, direcionando os recursos para os setores, ou regiões do País, que julgue mais importantes, “e não de acordo com o parecer dos investidores”.

Para Langoni, a conversão tem que ser realizada dentro de um contexto macroeconômico coerente, em que o setor público tenha seu tamanho reduzido, juntamente com o déficit. “Caso contrário, nenhum programa funcionará”, acredita.

“O governo já está tomando uma postura mais realista, vendo que não podemos ficar na moratória. É o começo de uma nova fase. Tudo isso, para funcionar, vai exigir um programa doméstico mais coerente”, diz Langoni, que afirma, entretanto, que neste ponto o governo está fazendo muito pouco para controlar a inflação. “É indispensável um controle maior das despesas públicas. Se o governo cortar as despesas que hoje são desnecessárias, ele pode aceitar uma recomposição salarial, que até por força de lei vai acontecer”, comentou.

Langoni entende que o objetivo da conversão da dívida externa em capital de risco não é resolver a questão da dívida externa em si, mas sim criar condições para novos investimentos. É um instrumento objetivo para se iniciar um processo de reestruturação da economia. “Em síntese, o que deseja é um programa que seja o mais flexível, com o menor grau possível de interferência e que possa ser usado para a renegociação da dívida e até para a repatriação do capital que saiu do País nos últimos anos.”